



SUMÁRIO EXECUTIVO

PESQUISA DOMICILIAR COM OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Pólis Pesquisa
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Brasília, novembro de 2005

Sumário Executivo

PESQUISA DOMICILIAR COM OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

1. Apresentação

A Pesquisa domiciliar com os beneficiários do Programa Bolsa Família foi contratada por via licitatória, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com a FAO (UTF/BRA/064/Brasil). A pesquisa foi executada pelo Instituto Pólis Pesquisa, entre março e novembro de 2005, e teve como objetivo central investigar as percepções dos beneficiários do Programa Bolsa Família, com ênfase na mensuração do grau de conhecimento dos beneficiários sobre o programa e sua avaliação sobre a importância da iniciativa na melhoria de suas condições de vida.

O Programa Bolsa Família, resultado da unificação de quatro programas de transferência de renda administrados pelo Governo Federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Vale Gás), é o principal componente da Estratégia Fome Zero. O programa possui dois grandes objetivos:

- a) combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar;
- b) promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Iniciado em outubro de 2003, o Programa Bolsa Família atingiu em 2005 cerca de 4,5 milhões de famílias em mais de 5.400 municípios brasileiros. Até o final de 2006, estima-se chegar a 11,2 milhões de famílias, beneficiando, assim, a todas as unidades domiciliares com renda familiar *per capita* abaixo de R\$ 100,00 (cem reais).

O valor médio dos benefícios concedidos em 2005 foi de R\$ 70,00 (setenta reais) e o benefício é preferencialmente dirigido às mulheres, como responsáveis pelas famílias. Além dos benefícios monetários, o programa prevê que as famílias beneficiadas cumpram algumas condicionalidades (ou contrapartidas sociais), referentes à saúde e à educação.

Diante da relevância do Bolsa Família para o combate à fome e à pobreza no Brasil e da magnitude dos recursos orçamentários envolvidos em sua execução, faz-se necessário entender a avaliação do público beneficiário a respeito do programa.

Desta forma, será possível identificar estrangulamentos que possam ser corrigidos, aperfeiçoando a gestão do programa, e dimensionar a percepção dos beneficiários sobre o impacto do programa na melhoria de suas condições de vida.

2. Metodologia

A pesquisa foi domiciliar com amostra probabilística, representativa dos beneficiários do Programa Bolsa Família, com abrangência nacional, compreendendo um total de 2.317 domicílios distribuídos por 86 municípios. O questionário, com questões abertas e fechadas, foi aplicado ao responsável legal pelo recebimento do benefício no domicílio.

A seleção das unidades amostrais (famílias beneficiárias) se deu em múltiplos estágios. No primeiro estágio, foram selecionados aleatoriamente 86 municípios, estratificados pelas grandes regiões do país e pelo porte, segundo o quantitativo de beneficiários¹.

A partir da lista de referência das famílias beneficiárias do programa fornecida pelo MDS, foi feita a seleção aleatória das famílias a serem entrevistadas. A seleção das unidades amostrais considerou listas de substituição para aqueles casos em que a família beneficiária selecionada não fosse localizada no endereço indicado, casos de recusas, morte do beneficiário e outras situações, além de casos em que, após dois retornos ao domicílio em horários diferentes, o responsável legal não fosse encontrado.

Para a análise dos dados de todo o país, as informações foram ponderadas por região, com peso proporcional ao número de beneficiários do programa. A margem de erro estimada em nível nacional foi de 2,1 pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. Para o nível regional, a margem de erro foi de 3,8 pontos percentuais no Nordeste e de 5,0 pontos percentuais para as demais regiões.

3. Resultados

A seguir são apresentados os resultados obtidos, separados de acordo com os seguintes temas: percepções sobre o programa, cadastramento, utilização do cartão e saque do benefício, condicionalidades e acesso e frequência à escola.

1 Os municípios foram distribuídos de acordo com os seguintes portes: Porte 1 – até 1.000 beneficiários; Porte 2 – de 1.001 a 3.000 beneficiários; Porte 3 – de 3.000 a 8.000 beneficiários; Porte 4 – de 8.000 a 16.000 beneficiários; Porte 5 – de 16.000 a 40.000 beneficiários e Porte 6 – mais do que 40.000 beneficiários.

3.1 Percepções sobre o Programa

O Programa Bolsa Família é muito bem avaliado pelos responsáveis legais beneficiários: 85,3% consideram-no “ótimo/bom”; 13,7%, “regular” e menos de 1% avaliam-no como “ruim” ou “péssimo”. O programa é considerado “muito importante/importante” por quase 97% dos responsáveis legais. Apenas 3,2% sustentam ser o programa “pouco importante” ou “sem importância”.

Em média, os entrevistados declararam receber R\$ 64,19, sendo a mediana da distribuição de R\$ 65,00. A renda média das famílias é de R\$ 367,04, aí incluído o valor do benefício. A mediana da renda é de R\$ 375,00. Considerando estes valores, verificou-se que o benefício representa uma variação percentual média da renda familiar de 21,35%. Sem o benefício, os participantes do programa teriam uma renda familiar média de R\$ 302,47 e uma renda familiar mediana de R\$ 305,00.

Em média, as famílias beneficiárias do programa gastam R\$ 144,60 com alimentos e produtos para a casa, valor que equivale a cerca de 40% do orçamento familiar.

Para 87,8% dos responsáveis legais beneficiários do Bolsa Família, a vida familiar “melhorou muito” (25,9%) ou “melhorou” (62%) desde que a família ingressou no programa; 11,9% acreditam que a vida familiar “não se alterou”; 0,3% diz que a vida familiar “piorou” ou “piorou muito”. O Nordeste é a região em que é maior a percepção de que a vida da família tenha “melhorado muito” com o programa. Na região Sudeste, é maior a incidência de respostas “a vida continuou igual”.

Apesar da percepção prevalente entre a maioria de que a vida melhorou, para 52,7% dos participantes do programa, o valor do benefício é “médio”, 8,7% consideram-no “alto” e 37,2%, “baixo”.

A maioria dos responsáveis legais beneficiários do programa tem expectativa positiva em relação ao futuro. Para 60,6%, a vida da família estará melhor em cinco anos; 36,7% acreditam que estará igual; 2,3% dizem que estará pior.

Ainda avaliando as perspectivas futuras, para 37,1%, a família continuará a necessitar do benefício; outros 37,4% dizem “esperar que não”. Apenas 4,6% dizem que não precisarão do benefício; 20,9% dizem não saber projetar o que acontecerá.

Em se tratando do quesito alimentação, os adultos fazem três ou mais refeições por dia em 61,7% dos domicílios; em 29,8%, eles fazem três ou mais refeições quase todos os dias; em 6,8%, isso ocorre poucos dias na semana e, em apenas 1,8% dos domicílios, eles não têm três ou mais refeições por dia em nenhum dia da semana.

Em 66% dos domicílios das famílias beneficiárias do programa, as crianças fazem três ou mais refeições todos os dias da semana. Em 21,9%, elas têm acesso a três ou mais refeições quase todos os dias da semana. Em 4,8% dos domicílios, as crianças têm acesso a três ou mais refeições por dia em poucos dias da semana. Em 1,2% dos domicílios, elas nunca têm três ou mais refeições por dia.

Para 67,4% das famílias beneficiárias do programa, a qualidade dos alimentos que ingerem é “muito boa/boa”; 30,7% consideram-na “regular” e 1,9% afirmam ser “ruim/ muito ruim”.

Em 82,4% dos domicílios de participantes do programa, os responsáveis legais acreditam que a alimentação da família melhorou depois que começaram a receber o benefício; em 17,4%, eles dizem que a alimentação “continuou igual”; e em menos de 1% dos domicílios (0,2%), eles afirmam que a alimentação piorou.

3.2 Cadastramento

A escola das crianças foi o meio pelo qual 37,3% das famílias participantes do programa tomaram conhecimento sobre o cadastramento do Bolsa Família; 16,9% dizem ter sido informados por “vizinhos, amigos ou parentes”; 13,1%, por propaganda no rádio, jornal ou televisão; 12,3% indicam uma instituição de caridade ou ONG; 8,5% foram informados no posto de saúde; 3,4%, no banco; 2,5%, por carro de som; 1,9%, pela associação de moradores e 1,4%, pela igreja.

Em 45,9% dos domicílios, o cadastramento foi feito em uma escola e, em 15% dos casos, nas próprias casas; 11,2% informam ter sido feito em algum órgão da prefeitura; 10,6%, na sede da prefeitura e 7,2%, em um posto de saúde. Em 5,1% dos domicílios, o cadastramento aconteceu na associação dos moradores e, em 3,4%, numa igreja.

De acordo com 31,2% dos responsáveis legais, o cadastro da família foi atualizado; ao contrário, 54,5% dizem que não atualizaram suas informações após o cadastramento inicial; 14,3% não souberam responder.

Espontaneamente, 40,2% declararam que procurariam a Caixa Econômica Federal se tivessem algum problema com o recebimento do benefício; 24,9% recorreriam à prefeitura municipal ou órgão público regional; 9,7% tentariam resolver no local de recebimento do benefício. Foram ainda citados: Ministério do Desenvolvimento Social (4,2%); Secretaria da Educação (3,1%); comitê ou conselho de controle do benefício (2,1%); escola em que fez o cadastro (0,4%); *call center* do MDS (0,4%); Ministério da Educação (0,3%) e Secretaria de Bem-Estar Social (0,2%).

3.3 Utilização do cartão e saque do benefício

As famílias, em geral, não têm dificuldade para utilizar o cartão: 18,6% dizem ser “muito fácil” e 77,7% afirmam ser “fácil”. Apenas 2,9% dizem ser “difícil” e 7% “muito difícil”.

Em 74,9% dos domicílios, quem saca o benefício é o responsável legal; em 19,9%, quem o faz é o marido/companheiro/esposa/companheira; em 3% dos domicílios, os filhos/filhas realizam o saque; em 1,1%, outra pessoa que não mora em casa. Foram ainda citados por menos de 1%: “outra pessoa da família” (0,8%) e “outro” (0,2%).

Em 75,6% dos domicílios, quem administra o benefício é o responsável legal; em 22,1%, o marido/esposa/companheiro/companheira; em 1,4% dos domicílios, o filho/ filha. Outras situações representam menos de 1% das respostas.

O acesso ao local do saque do benefício é “difícil” para 76% dos beneficiários do programa e, para 4%, “muito difícil”. Ao contrário, 6,2% informam ser o acesso “muito fácil” e 13,7% “fácil”.

Enquanto 64,7% sacam o benefício em casa lotérica, 30% retiram-no no banco e 5,4% fazem o saque em outro lugar. Entre aqueles que sacam no banco, 28,3% utilizam o cartão e apenas 1,7% se vale da guia.

O saque do benefício é rápido para 65,2% dos participantes do programa; para 30,9%, ele é demorado. O tempo médio para o saque do benefício é de 21,64 minutos. Junto à metade dos beneficiários que executa a operação mais rapidamente, o tempo máximo que leva é de 15 minutos (mediana).

Sobre o calendário de pagamento do benefício, 73,5% dos beneficiários do programa sempre sabem o dia certo de retirar o benefício; 23,5% dizem que às vezes não sabem o dia certo; 2,2% declaram nunca saber o dia certo.

3.4 Programa e condicionalidades

Em cada domicílio foram feitas até três citações espontâneas a respeito das condicionalidades do programa e as indicações foram as seguintes: 88,1% dos responsáveis legais indicaram como condicionalidade do programa, em uma das respostas válidas, “manter as crianças frequentando a escola”; 24,5% indicaram “manter em dia a vacinação das crianças”; 11,6% indicaram “as gestantes fazerem pré-natal”.

Dos entrevistados, 85,6% declararam concordar totalmente com as condicionalidades do programa, 11,7% dizem concordar em parte, 2% discordam em parte e 0,3% diz discordar totalmente.

3.5 Acesso e frequência à escola

Dentre todos os beneficiários do programa das famílias entrevistadas, de todas as idades, tem-se: 0,9% em escola privada; 41,6% em escola pública; 47,4% que não estão estudando, embora já tenham frequentado; 10% que nunca frequentaram (inclusive crianças na faixa de 0 a 6 anos).

Em geral, 42,5% dos beneficiários do programa estão estudando em diferentes faixas etárias. Entre crianças de até seis anos incompletos ou completos, tem-se na pré-escola: 34,4% das crianças de quatro anos; 72,2% das crianças de cinco anos e 90,5% das crianças de seis anos.

Dentre crianças de sete a 15 anos, tem-se: 1,7% estudando na rede privada, 96,2% estudando na rede pública, 1,8% que não está na escola, embora já a tenha frequentado em algum momento e 0,3% que nunca esteve na escola.

Nunca frequentaram a escola: 0,4% na faixa de 16 a 24 anos; 5,8% na faixa de 25 a 49 anos; 20,8% na faixa de 50 a 64 anos e 40,2% entre aqueles com mais de 65 anos.

Nas informações sobre a frequência escolar na faixa etária de sete a 15 anos, verificou-se que 84,5% dos alunos frequentam a escola todos os dias na semana; 9,5%, quatro dias na semana; 4,3%, três dias na semana; 1,4%, dois dias na semana; 0,3%, um dia na semana e 0,1% não foi às aulas em nenhum dia na semana anterior ao levantamento do campo.

Ficha Técnica

Execução

Pólis Pesquisa

Coordenador-Geral

Eugênio Eduardo Cunha Gomes

Pesquisadores

Bertha Jeha Maakaroun

Elisete de Assis Ribeiro

Unidades Responsáveis

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Rômulo Paes de Sousa

Diretora de Avaliação e Monitoramento

Jeni Vaitsman

Coordenador-Geral de Avaliação e Monitoramento de Execução e Impacto

Luís Otávio Pires Farias

Secretária Nacional de Renda de Cidadania

Rosani Evangelista Cunha

Edição e diagramação deste sumário

Revisão

Cristiane dos Santos Pereira

Marina Pereira Novo

Júnia Valéria Quiroga da Cunha

Thaise dos Santos Leandro

Diagramação

Tarcísio da Silva

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 323

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1509 | Fax: 3433-1529

www.mds.gov.br/sagi